

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ERICK LINEKER RIBEIRO DE MELO
CHARLEIDE SERGIA ANNDRE MELO NASCIMENTO
TEREZINHA DE JESUS ALVES BEZERRA

**A ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

RECIFE/2021

ERICK LINEKER RIBEIRO DE MELO
CHARLEIDE SERGIA ANNDRE MELO NASCIMENTO
TEREZINHA DE JESUS ALVES BEZERRA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para a conclusão da disciplina de TCC do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA.

Professoras Orientadoras:
Prof.^a. M^a Lylian José Félix da Silva Cabral
Prof.^a. Maricelly Costa Santos

RECIFE/2021

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

N244a Nascimento, Charleide Sergia Anndre Melo
A atuação do (a) assistente social frente a violência contra a mulher /
Charleide Sergia Anndre Melo Nascimento, Erick Lineker Ribeiro de Melo,
Terezinha de Jesus Alves Bezerra. - Recife: O Autor, 2021.

33 p.

Orientador(a): Me. Lylian José Félix da Silva Cabral.
Coorientador(a): Maricelly Costa Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Serviço Social, 2021.

Inclui Referências.

1. Violência. 2. Mulher. 3. Machismo. 4. Cultura. I. Melo, Erick
Lineker Ribeiro de. II. Bezerra, Terezinha de Jesus Alves. III. Centro
Universitário Brasileiro - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 364

*Dedicamos este estudo à todos os nossos
Amigos e familiares que ao longo desta
Árdua caminhada estiveram nas mais
Variadas formas de contribuição e incentivo
Durante a jornada vivenciamos experiências
Que tanto nos moldaram como futuros
Profissionais como cidadão que durante
O presente momento trilhamos caminhos
Rumo a um terreno fértil. Objetivamos
Um mundo melhor e por último
Porém não menos importante,
Agradecemos a Deus, a ele a honra e a gloria.*

AGRADECIMENTOS

Temos dentro de cada um de nós um sentimento que exala através de nosso sentimento de dever cumprido. Foram diversos obstáculos no qual jamais imaginamos que conseguiríamos ultrapassar. Estamos em posse de vitória. Diante de um vasto terreno do aprendizado que enfrentaremos em jornadas futuras, estaremos certos que diante das vitórias e conquistas buscaremos o conhecimento e a consistência de uma vida equilibrada, na certeza de que crescimento e a prosperidade serão partes do processo, mas o melhor será o entendimento de que tão bom é poder juntamente com quem nada tem, poder compartilhar. Do conhecimento a benefícios materiais.

As Professoras Orientadoras Lylian José Félix da Silva Cabral e Maricelly Costa Santos. Companheiras em nossa jornada, dispostas e engajadas durante nosso processo de aprendizagem buscando nos aperfeiçoar e termos o melhor rendimento de forma acadêmica. A todos os demais professores(as), mestres(as) e tutores(as) que contribuíram para nossa formação.

Agradecemos de forma tão especial a nossos queridos familiares e amigos, de forma muito especial agradecemos a Deus por todos aqueles que já não estão mais entre nós mas que sempre terão um lugar guardado nas lembranças dessa árdua porem edificante caminhada. A todos que sempre estiveram ao nosso lado, nos bons e maus momentos. Foram muitos desafios, uns no qual achamos muitas vezes que se quer conseguiríamos chegar aonde chegamos. Agradecemos também aos colegas de curso onde estivemos em constante sintonia trocando conhecimento, alicerçando novas amizades permitindo sempre uma construção coletiva do conhecimento.

*“Tudo o que tenho sido capaz de fazer eu
Devo a Jesus Cristo. Quando vocês me honram.
Estão honrando a ele. Quaisquer honras que
Eu tenha recebido, eu as aceito com um
Senso de inadequação e humildade; e reservarei o
Direito de entregar todas elas um dia a Cristo,
Quando me encontrar com ele face a face”*

Billy Graham.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	10
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3.1 A violência no processo de civilização Brasileira: e sua realidade social transplantada.....	10
3.2 Características da ferocidade sobre as mulheres e os dados da violência na sociedade.....	21
3.3 Os tipos de violência contra a mulher.....	23
3.4 A atuação do assistente social frente às interfaces da violência.....	26
4 RESULTADOS E DISCURSÃO	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6 REFERÊNCIAS	31

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

ERICK LINEKER

CHARLEIDE SERGIA

TEREZINHA JESUS

Prof.^a M^a. Lylian José Félix da Silva Cabral¹

Prof.^a Maricelly Costa Santos²

Resumo: Através do presente estudo buscamos a maior clareza nas informações com relação as discussões em relação a violência contra a mulher, que tem por sua vez se expandido através dos últimos anos e se modificando através das transformações sociais. O objetivo do presente trabalho foi de poder analisar como se configurou a característica da violência durante início dos processos de exploração da civilização brasileira. Buscamos atentar para as características iniciais da violência e quais os significados que foram trazidos mediante o avanço do capitalismo e a presença da mulher no trabalho e na conjuntura social. Delineamos nossa pesquisa através de uma realização bibliográfica com ênfase na obtenção de dados quantitativos capazes de possibilitar um caráter crítico. Como principais resultados da pesquisa realizada, concluímos que a inserção da atuação do assistente social, como prática pedagógica baseada na garantia dos direitos civis e no combate a violência contra a mulher em espaço público e privado.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Machismo. Cultura.

1 INTRODUÇÃO

A presença da mulher sempre esteve no fluxo da história, no trabalho, reprodução, marcando a construção social de diversas civilizações. Tornando-se a referida o centro das rotinas familiares, mas nem sempre presente nos ritos políticos, o que fixou a imagem e registro do homem como referência de poder e ordem. Com a formação dos grandes centros urbanos, o processo de urbanização e composição das cidades brasileiras passou a ser compreendido como um espaço que não servia apenas como uma dimensão social, mas também como um valor de orientação e

interação, estando a mulher inserida diante de uma configuração na qual ela venha a ser uma das partes fundamentais na estrutura das relações sociais (DAMATTA, 2014).

Na sociedade composta pelos homens e mulheres o tempo e o espaço modelam caminhos históricos em que ao mesmo tempo são constituídos e sobretudo o tempo permite a sua construção sociológica, de modo que não há como falar de espaço sem a mesma referência do tempo e nem da participação do capitalismo como forma de influência nos países anglo-saxônicos. Onde sua lógica cultural que permite um sistema de medidas e coordenadas num sistema ideológico puramente dominante, em uma relação de compra e venda, traduzidos na imagem do patrão e o operário.

As desigualdades econômicas revelam as demandas em relação a serviços sociais e políticas públicas em um contexto de exclusão social e dominação de gênero. Uma elevada notificação de conflitos familiares, aumento nos casos de criminalidade, violência, má distribuição de renda são fatores que modelam um contexto de desigualdade e precarização das condições sociofamiliares. Tais condições são capazes de levarmos a uma análise com relação de enfrentamento da violência contra a mulher como forma de expressão da questão social. Sob os aspectos concernentes a nossa realidade, compreende-se que no contexto da prática de intervenção do assistente social frente à violação dos direitos e a percepção de contradições e conflitos resultantes do modelo capitalista, caracterizando-se como condições de implementação de políticas públicas sob a análise das condições econômicas (FALEIROS, 2013).

No exercício do poder executado por homens, a utilização da violência se faz presente como recurso de dominação, que auxilia na sua capacidade de sobrepor sua ordem de maneira punitiva, tendo como reflexo de tais ações o rompimento de vínculos familiares a mobilidade presente na vida da mulher como característica de sobrevivência diante das cicatrizes físicas e psicológicas que são resultantes da violência e da violação de direitos sociais, conforme (SAFFIOTI, 2001).

Faz-se necessário, por decorrência de tais razões históricas, a contribuição deste trabalho acadêmico como forma de acréscimo na apresentação do conteúdo e contribuição social na busca de uma análise acerca da violência contra a mulher, pois ela apresenta várias formas de manifestação ao longo dos séculos contribuindo em reflexos nas estruturas sociais. Assim, em decorrência das consequências da distinção de gênero comum no cotidiano da mulher, é que se nota a urgência em

compreender essas questões como também de se elaborar estratégias de ação a fim de que supra a necessidade de transformação social.

Objetivando uma melhor compreensão acerca do tema apresentado, iremos abordar inicialmente o surgimento da civilização brasileira e a violência como recurso da dominação. Ele nos ajudará a entender a imposição do modelo europeu sobre uma estrutura social já existente. Com relação a essas mesmas práticas de violência elencamos no segundo tópico a conceituação de sua execução e suas transformações ao longo do tempo, abordando estudos no qual possamos descrever os tipos de violência, a relação da vítima para com o agressor, as regiões onde acontecem tal fenômeno e como se dá o imaginário social diante de tais acontecimentos.

Assim, compreendendo-se que ao longo da história a crueldade com a mulher se fez presente como recurso e vem se perpetuando desde os porões das caravelas europeias até os discursos de ódio com o intuito de culpabilizar a mulher pela autonomia em denunciar um assédio ou abuso sexual, expomos na terceira parte da discussão a temática do machismo. Ele está situado no processo de escravidão, inicialmente, no estupro das indígenas já que elas foram apresentadas diante dos portugueses como um povo primitivo e sem características de formas morais. Pautando um modelo de supremacia do homem para com a mulher, cordialidade na discussão acerca da brutalidade de alguns homens para com outras e as demais variáveis que regem no imaginário social a idealização de que o homem goza de direitos distintos da mulher.

Adiante, na quarta parte de nosso estudo, dissertamos sobre as consequências que tais fatores provocam na sociedade, além da compreensão da violência e do machismo por meio de uma abordagem crítica. Ela nos possibilitou visualizar as investidas impositivas do gênero masculino como detentor da capacidade de supremacia sobre o gênero feminino, como também ratificou que através do trabalho realizado por movimentos sociais e do movimento feminista é possível trazer a discussão da violência como um dos temas centrais na garantia de direitos e valorização da mulher em meio à sociedade.

O papel do assistente social no enfrentamento das diversas formas de violência contra a mulher, revela sua importância na atuação por condições de uma vida digna Sendo o mesmo atuante no campo do direito capaz de orientar e esclarecer a vulnerabilidade na violação dos direitos das mulheres. Através de atividades de

conscientização em relação a violência sofrida e a qualidade da informação que chega até essa mulher. Sua atuação sociais com a responsabilidade no cuidado e no trato sobre as desigualdades de gênero. Buscando cada vez mais um engajamento político diante de tal reprodução da questão social, trazendo a reflexão humanizada da mulher na condição de sujeito, construindo alternativas para a saída da situação de violência.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Diante da construção do presente aporte metodológico em que nos debruçamos sob uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem quantitativa, sob uma conformação teórica que visa uma qualidade acerca dos assuntos abordados. Conforme Michaliszyan (2008), pesquisa bibliográfica trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, alicerçada a partir de referenciais teóricos presentes em livros artigos ou documentos. No entendimento de nossa pesquisa será desenvolvida a partir de referenciais teóricos após a realização bibliográfica a certa deste tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A violência no processo de civilização brasileira: e sua realidade social transplantada

Diante do processo histórico de ocupação, exploração de riquezas naturais e do aniquilamento de várias etnias de origem indígena, as diversas formas de violência (tais como física, psicológica e de gênero) foram surgindo, tornando-se expostas e impostas para “debaixo do tapete” da história do país. Para aprofundarmos, precisamos entender a definição de cultura trazida por (SONDRE, 1977).

O modo de produção feudal, característico da idade média representa um recorte quanto ao processo de acúmulo de bens, relação do trabalho e como consequência a presença da mulher diante de um sistema de produção no qual concentrava-se na busca de uma produtividade agrícola sem grandes excedentes. Arrastados pela baixa motivação dos servos em uma relação tributária para com o Sr feudal, as técnicas agrícolas por sua vez consistiam em uma execução simplória sem

muitas alternativas de inovação, sem muitas alternativas de inovação e uma ausência quanto a visão técnica a respeito da execução de trabalho. (FERREIRA, 1997).

Ao fim da idade média, surgiu um novo modo de produção alicerçada no aumento do modo comercial sendo a busca por novas rotas sejam marítimas ou terrestre, caracterizaram a intensidade da presença do capitalismo. A cerca do continente sul-americano, com a chegada dos portugueses e o processo de exploração modificou a característica no modo de produção comunal onde a mulher não esteve de fora do processo histórico de mudança. (KNAPIK, 2005)

Com relação as mudanças históricas houve uma projeção quanto a ótica dos corpos e a projeção social a um modelo que atendesse a ânsia pela busca do acúmulo de capital, hegemonia de mercado e expansão das fronteiras comerciais. As mulheres em solo brasileiro, chamadas de nativas foram retratadas a partir de um pensamento cultural de uma sociedade que necessitava impor seus conceitos e modelo econômico, tendo em vista a realização de suas necessidades comerciais. Diante da análise a respeito do significado de cultura (SONDRE, 1977) nos apresenta o fenômeno social que compões um conjunto de formas de vida e desenvolvida a base do trabalho e que com o passar do tempo com os avanços tecnológicos e científicos possibilitam transformações históricas em uma sociedade e sua cultura. Em meio as particularidades de cada cultura, a violência se faz presente como recurso de domínio.

[...] Conjunto dos valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de sua história. A cultura é um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem. Em um sentido mais restrito, compreende-se, sob o termo de cultura, o conjunto de formas de vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção de bens materiais historicamente determinados (SONDRE, 1977, p.3).

A formação cultural emergente durante o processo de povoamento do Brasil tomou como forma o padrão socioeconômico europeu que por sua vez no conjunto de experiências de produção de trabalho, teve como mecanismo de domínio a escravidão e a utilização do conhecimento das terras por parte dos índios. O relato através das

artes de um povo nativo, rústico e sem capacidade de viver um modelo de desenvolvimento europeu.

A priori, a origem do processo colonial no Brasil foi pautada por uma inserção sociocultural de um modelo europeu que, através dos recursos de exploração racial, destruição de recursos ambientais e o uso de mão de obra escrava, impôs a população nativa a viver como escravos. Tudo isso evidencia uma civilização transplantada de acordo com (SONDRE,1977). Essa conjuntura tinha como objetivo a reposição de recursos já existentes e consolidados através da rota das especiarias.

Foi com as grandes navegações iniciadas no século XV que ocorreu uma expansão marítima de territórios pelas nações europeias e a descoberta de novas rotas, capaz de selar novos caminhos em direção às Índias. Considerando o conhecimento prévio das Américas em 1442, somente quando houve a vinda de Pedro Álvares Cabral que o novo continente foi dividido entre terras de domínio espanhol e português. Tal acordo ficou conhecido como o Tratado de Tordesilhas (SIEBERT, 1998).

A percepção crítica de uma construção histórica, revela as características passagem de desconstrução de um bem material e cultural para uma construção de um novo modelo vigente

A América Latina nasceu sob o signo da utopia. Primeiro, o espanto de Colombo quando chegou as Ilhas do Caribe e de Américo Vespúcio navegando pelo litoral brasileiro encantado com o verdor tropical e a beleza dos índios. Ambos se perguntaram se o que haviam encontrado não seria o paraíso perdido. Tomas Morus escreveu "Utopia" baseado nos textos de descrição da população indígena do Brasil, dos cronistas que escreveram entre 1500 e 1540. A própria ideia de utopia, que é pensar o mundo em quanto projeto, nasce, como se vê, vinculada a ideia de América Latina. Ao mesmo tempo, essa América foi e é a província de tristeza, da brutalidade, onde dezenas de milhões de indígenas e negros foram gastos, queimados, para atender a interesses alheios (RIBEIRO, 1990, p. 170-171).

A respeito da interação nas relações sociais entre os povos há uma conotação antagônica a respeito do imaginário social que compreende, de um lado, a visão de uma terra paradisíaca e um território composto de diversas riquezas naturais, uma terra capaz de viver o processo colonial através da formação de um povo miscigenado, cordial, afetivo e de uma formação histórica amistosa entre o branco, negro e o índio. Por outro lado, um obscurantismo vivido sobre o uso da força, violência, proveito das riquezas naturais e um longo processo de eliminação de povos indígenas. Diante da

formatação dessas duas visões distintas, filhos foram gerados pelos inúmeros estupros e uma gigantesca violência psicológica (SODRE, 1977).

Diante do processo de colonização do Brasil, houve uma grande participação das diversas sociedades ocidentais na qual os papéis sociais de homens e mulheres eram previamente definidos, através da concentração de valores, resultantes da visão patriarcal que por sua vez caracterizou-se no curso do tempo e nas diversas relações dos indivíduos com o meio a que vivem e na interação e imposição de modelos hegemônicos a sua época. (SANTOS apud JESUS, 2014)

Durante o exercício de poder posto em prática durante o processo de colonização, teve como ponto de partida uma relação de questionamento que por sua vez acompanhou um processo de classificação dos índios como gentios, aqueles que são governados pelo diabo, os inimigos, índios que lutavam contra a coroa portuguesa e resistirão ao processo de domínio europeu. O índio manso que era controlado pelo português e o índio bárbaro, visto como revoltoso. Esse questionamento não permitiu a aceitação dos elementos constitutivos de um determinado povo, sua cultura e religião já existente. Sendo a hegemonia dos elementos culturais e religiosos dos povos ocidentais a clareza do colonizador para com os povos colonizados. (Wenczenovicz; Siqueira, 2017)

Para Lugones (2008) o modelo europeu de colonização utilizou a dimensão de gênero entre homens e mulheres. Existindo a determinação de padrões similares ao do ocidente. Havendo a categorização para com os povos indígenas e mais adiante os escravos. Um sistema regido por um conceito de raça, gênero diante da divisão do trabalho, sexualidade quanto a análise dos colonos e classe na perspectiva das relações sociais.

O alcance desta montagem, fez da violência e suas sequelas características na continuidade do processo de exploração do Brasil. Muitas mulheres indígenas foram vítimas das atrocidades dos povos europeus. O estupro como descarrego da lascívia por parte dos colonos, as mulheres mortas durante as ações capazes de destruições diversas tribos indígenas, impulsionando um processo de migração para o interior do país. As mulheres e crianças do gênero feminino, tomadas como cativas pela mão dos colonos, exploradores e sua utilidade como intérpretes, porém sem posição de prestígio. (JULIO apud KARASCH, 2015)

A violência contra as mulheres é uma resultante que compõe o fluxo da história da humanidade e sua formação do espaço urbano. A cultura patriarcal europeia, como um modelo cultural, divergiu com a estrutura social dos povos indígenas e com o passar dos anos, solidificou-se como forma de cultura dominante, a característica machista e patriarcal impõe diferentes relações ente o homem e a mulher refletidos no lar na rua e no trabalho, de modo a solidificar o pensamento de que a mulher é subordinada ao homem e submetida a ser sua propriedade, compondo parte do imaginário social masculino (BLAY, 2003. p.96).

Com relação às diversas formas de violência contra a mulher, temos a de caráter físico, psicológico e de gênero. Conforme propõe Connell (1987), as civilizações compostas em sua ordem e dinâmica social com o homem tomando o centro das relações de poder, constitui através da violência de homens para homens e principalmente de homens para mulheres a manutenção do poder e da ordem, um ambiente que tem como a relação do poder patriarcal a estrutura hierárquica e a violência servem como um de seus recursos. A ilusão da igualdade trazida pelo capitalismo não se solidificou sob a ótica do pleno emprego que se pões de forma antagônica a acumulação do capital. Com o passar dos séculos, o fio estrutural da produção capitalista pauta a uma delineação de exclusão dos mais abastados e os menos desprovidos economicamente de recursos. Sendo a acumulação a semente da raiz da exclusão social.

Sob a análise dessa violência sob o espaço de convívio e interação familiar, o espaço privado da casa como criador de valores e princípios sociais é onde existe em uma grande escala a violência que atinge mulheres, idosos e crianças expressada através do termo: violência intrafamiliar a qual o ministério da saúde especifica tal definição e suas resultantes:

“A violência intrafamiliar é um problema social de grande dimensão que afeta toda a sociedade, atingindo, de forma continuada, especialmente mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência” (SAUDE; 2002.p,9).

Nas diferentes formas de manifestação desse tipo de violência, no que tange o campo físico, é muito presente em nosso contexto social no qual a classe social,

gênero e até mesmo a idade não são limites para a sua execução. As mulheres, por sua vez, são as que mais sofrem com a escalada da violência que, sem precedência, fragmenta a integridade feminina, manifestando esse mesmo processo de trauma físico, psíquico e social. Sob a ótica dessa violência, compreendemos a percepção acerca das consequências e os meios que precedem estes traumas e que se perpetuam com o fio da história e as mudanças sociais. (CASIQUE e FURIGATO, 2006)

O comportamento violento sempre existiu na ordem social. Essas ações costumam ser objeto de discussão sobre a composição moral, o que nos leva a pensar a semelhança entre a expressão “conduta violenta” como a atuação social de forma hostil. Hoje em dia, esse termo vem acompanhado de debates na internet, redes de comunicação em nosso cotidiano, conversas informais, encontros familiares no meio das ruas da esquina, fóruns religiosos e, muitas vezes, coloquialismos de bom senso e ações esporádicas que podemos analisar as condições de sua implementação e as circunstâncias em que essa prática se produziu. Por meio da discussão ou resistência provocada pelo enfrentamento social, a situação familiar ocupa grande parte da origem da violência doméstica.

3.2 Características da ferocidade sobre as mulheres e os dados acerca da violência na sociedade.

Conforme descreve Sinan (2011) acerca do assunto: são atos violentos os que apresentam o uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo. Ela pode se manifestar de várias formas, como tapas, beliscões, chutes, torção, empurrões, arremesso de objetos, estrangulamentos, queimaduras, perfurações, mutilações. Essa prática é apresentada diante de uma relação de poder na qual uma pessoa por meio de ações busca provocar danos de forma consciente a pessoa de seu convívio ou não, na qual através da utilização da força física, na resultante de tapas desferidos ou chutes intencionais, capazes de promover prejuízo físico e sob a presença constante de ameaça e outras formas de manifestação (M. SAUDE, 2002).

É muito importante a compreensão a respeito da violência psicológica e as sequelas presentes em uma vida. Para Casique e Furegato (2006), os traços da

violência psicológica são muito mais sutis e difíceis de se perceber como o da violência física, pois as cicatrizes geradas ocorrem de forma psicológica que, por sua vez, destacam outros métodos de percepção além das marcas físicas ou detalhes de percepção visual. Tal violência ocorre através de um processo de rejeição à presença de narrativas de ameaça física ou de cunho financeiro que envolvam a mulher ou os filhos. Um aspecto presente na violência psicológica é a presença constante nos relatos de vivência sexual do homem e uma superioridade na vivência sexual através de aventuras sexuais. A representação da figura do agressor como ameaça perto ou longe de seu ambiente familiar se torna um condicionante para ousar denunciar as violências e o cotidiano como vítima de violência psicológica e esse comportamento destrutivo se configura como uma manifestação indireta de violência familiar conforme propõem Casique e Furegato (2006, p.5):

Abuso verbal: rebaixar, insultar, ridicularizar, humilhar, utilizar jogos mentais e ironias para confundir - Intimidação: assustar com olhares, gestos ou gritos, jogar objetos ou destroçar a propriedade. Ameaças: de ferir, matar, suicidar-se, levar consigo as crianças. Isolamento: controle abusivo da vida do outro por meio da vigilância de seus atos e movimentos, escuta de suas conversações, impedimento de cultivar amizades. Desprezo: tratar o outro como inferior, tomar as decisões importantes sem consultar o outro. Abuso econômico: controle abusivo das finanças, impor recompensas ou castigos monetários, impedir a mulher de trabalhar embora seja necessário para a manutenção da família.

Segundo o Ministério da Saúde (2002), existem fatores de que tecem a possibilidade da violência. A estrutura desigual de poder traduzida nos afazeres e responsabilidades do lar, cisura na dificuldade de comunicação no ambiente familiar que, por sua vez, geram uma situação de crise e uma baixa autoestima por parte de alguns de seus membros, inibindo posições mediante a agressão psicológica.

Com relação aos relevantes dados acerca da violência, Safiott (1998) descreve um panorama da violência intrafamiliar no Brasil, através da análise de cerca de cento e setenta mil boletins de ocorrências registrados em cerca de vinte e duas capitais nas delegacias de defesa da mulher (DMD). Com a análise da apresentação dos resultados obtidos, constatou-se que cerca de 80% estão referenciados sobre lesões corporais dolosas, mulheres jovens na faixa etária de 30 a 40 anos. 30% têm entre 20 e 30 anos de idade, segundo a análise desses dados. Em 50% dos casos, o casal já apresenta uma vivência conjugal com média de dez e vinte anos de convivência, já em 40% dos casos observados tem de um a dez anos de convívio conjugal. A violência

física segundo os dados apresentados constatou que a violência física é duas vezes maior na relação de gênero entre homem e mulher na proporção de 32% para 10% (BORIN, apud SAFIOTT, 1998. p. 51).

Segundo o Sistema de informação de Agravos de Notificação (SINAN/SVS/MS), apresenta-se o número de atendimentos referente à violência física e a relação de aproximação e conhecimento do agressor para com a vítima e a presente faixa etária das vítimas. Os dados foram analisados e apresentados na última década no ano de 2011. A seguir, apresentamos a relação dos personagens que compõe a configuração familiar, convívio social ou até mesmo o desconhecimento acerca do agressor:

Relação	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 e +	Total
Pai	451	783	643	869	607	222	78	20	10	7	3.690
Mãe	967	1.174	723	796	545	169	89	40	20	21	4.544
Padrasto	43	183	416	676	277	104	20	12	2	4	1.737
Madrastra	3	20	28	44	24	21	8	1	2	8	159
Cônjuge				128	968	4.747	4.670	2.342	892	345	14.092
Ex-cônjuge				33	336	1.734	1.407	603	187	48	4.348
Namorado				640	527	653	364	156	56	12	2.408
Ex-namorado				76	308	561	249	108	22	10	1.334
Filho	17	10	4	17	18	36	179	345	380	1.000	2.006
Irmão	29	61	97	204	304	471	324	164	95	78	1.827
Amigo/conhecido	87	319	649	1.927	1.434	1.496	1.021	569	289	198	7.989
Desconhecido	78	139	203	891	1.567	1.940	1.071	602	264	202	6.957
Total Parcial*	1.675	2.689	2.763	6.301	6.915	12.154	9.480	4.962	2.219	1.933	51.091
Pais	1.464	2.160	1.810	2.385	1.453	516	195	73	34	40	10.130
Parceiros e ex.	0	0	0	877	2.139	7.695	6.690	3.209	1.157	415	22.182

Fonte: SINAN/SVS/MS *Excluído os casos em branco/ignorado, outros e categorias de baixa frequência.

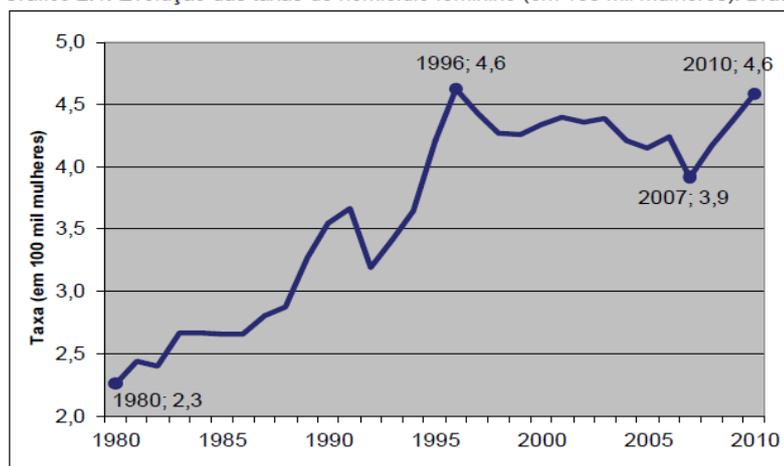
Os dados da Política Nacional de Saúde (PNS) apresentados em 2013 abordam a violência contra a mulher sobre uma análise geográfica. A partir deles, tem-se a constatação do ato de agressão por desconhecidos e conhecidos, sendo cerca de 2,7% para mulheres e 3,7% para homens. Já nos atos envolvendo pessoas conhecidas, temos 3,1% para as mulheres e 1,8% para os homens. Segundo os levantamentos dos dados apresentados em 2013 foram 2.053.121 mulheres agredidas por um desconhecido e 2.433.867 mulheres foram agredidas por um conhecido. No todo foram 4.486.988 mulheres agredidas com a idade superior aos 18 anos em 2013. Debruçando-nos acerca dos dados da PNS de 2013, a incidência da agressão declarada, cometida por desconhecidos, foi de 2,7% para mulheres e 3,7% para homens.

Nos casos de agressão cometida por conhecidos, contudo, a presença desta violência é entre as mulheres na porcentagem de 3,1%, já entre os homens a presença da violência concretiza-se na porcentagem de 1,8%. De acordo com essa fonte de dados, em 2013 foram agredidas, segundo a análise de dados notificados, cerca de 2.053.121 mulheres, vítimas da violência sofrida por desconhecidos e 2.433.867 mulheres que foram vítimas da escalada da violência por conhecidos. Ao todo a prática dessa brutalidade e as denúncias notificadas por agentes do conhecimento, ou não, do contexto da vítima foram 4.486.988 mulheres com idade superior a 18 anos agredidas em 2013.

Veremos a seguir o gráfico das taxas de homicídio feminino na década de 1980 até 2010 conforme o (IPEIA, 2020, p 11):

ATUALIZAÇÃO: HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL

Gráfico 2.1. Evolução das taxas de homicídio feminino (em 100 mil mulheres). Brasil. 1980/2010.



Fonte: SIM/SVS/MS

O gráfico acima apresenta a análise dos dados de 1980 a 2010. Nele, podemos perceber uma evolução gradativa nos casos de violência, havendo um aumento acentuado com relação ao número de mulheres vítimas de homicídios, partindo de 2,3 no ano de 1980 para 4,6 no ano de 1996.

A evolução da taxa de homicídios de 1980 a 2010 reflete uma ascendente violação de direitos civis e seu alicerce máximo: o direito à vida. Compreende-se que, no decorrer do curso da história, a brutalidade exercida nas relações de gênero e os reflexos compreendidos através de tal análise pautam formas mais autênticas e atualizadas de combate a esse *frenesi* de brutalidade, havendo um leve decréscimo na década de noventa e uma exponencial a partir de 1995.

Seguindo a objetivação metodológica sobre os dados da violência e a crescente notificação, compreendemos da mesma forma a inclusão dos dados através do referente ao conhecimento, ou não, do agressor, e, sob uma análise geográfica, apresentamos uma explanação sobre as regiões de nosso país. Com cerca de 10.431 dados de ameaça e agressão com relação de 44.851 mulheres entrevistadas, constatando cerca de 13,42% da população feminina vítima de agressão física ou de ameaça. Isso possibilita o destaque em relação às mulheres adolescentes, dentre as quais as mulheres jovens e adultas são as que mais sofrem com o véu silencioso da agressão física. Vejamos a seguinte relação disponibilizada pela PNS (2013):

Número e porcentagem da população agredida por pessoa desconhecida, segundo região e sexo da vítima, Brasil, 2013

UF/REGIÃO	Número			% população		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Norte	313.878	226.932	540.810	5,9	4,1	5
Nordeste	731.381	513.403	1.244.784	4	2,5	3,2
Sudeste	1.026.852	908.804	1.935.656	3,4	2,7	3
Sul	290.459	226.932	517.391	2,8	2	2,4
Centro-Oeste	188.304	177.050	365.354	3,7	3,1	3,4
Brasil	2.550.874	2.053.121	4.603.995	3,7	2,7	3,1

Fonte: PNS 2013.

Elaboração: Mapa da Violência 2015.

A presença da agressão por pessoa desconhecida tendo como vítima a mulher na região Sudeste e seguida da região Nordeste apresentam os maiores casos registrados. O Sul e Norte do país apresentam o mesmo quantitativo e o Centro-Oeste, as menores taxas de dados de agressão a mulher. Vejamos a seguinte relação disponibilizada pela PNS (2013):

Número e porcentagem da população agredida por pessoa conhecida, segundo região e sexo, Brasil, 2013

UF/REGIÃO	Número			% população		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Norte	124.546	220.591	345.137	2,3	3,9	3,2
Nordeste	420.974	748.965	1.169.939	2,3	3,6	3
Sudeste	415.148	854.882	1.270.030	1,4	2,5	2
Sul	217.935	423.537	641.472	2,1	3,7	3
Centro-Oeste	91.267	185.892	277.159	1,8	3,3	2,6
Brasil	1.269.870	2.433.867	3.703.737	1,8	3,1	2,5

Fonte: PNS 2013.

Elaboração: Mapa da Violência 2015.

Sobre a elaboração do Mapa da Violência de 2015, a fonte da Política Nacional de Saúde (2013) apresentou o número e a porcentagem acerca dos dados de violência por pessoa conhecida, tomando como base sexo e região. Constatou-se que das cinco regiões do país a que mais apresenta a maior escalada da impetuosidade da violência por região e por pessoa conhecida, temos o Sudeste em primeiro lugar com cerca de 854.882 casos de ferocidade sobre o sexo feminino, o Nordeste em segunda região com mais casos apresentados que são somados ao todo de 748.965 dados notificados. A região que compõe as três regiões do país com mais dados de notificação é o Sul com 423.537 mil casos. A respeito da mulher com seu direito à integridade física e psicológica violado, foram constatados 250.591 casos no Norte do país e 185.892 casos na região Centro-Oeste.

Segundo (MOREIRA, GALVAO, MELO e AZEVEDO, 2008) abordar o fenômeno da violência de gênero em um contexto atual permite a observação de variantes que possibilitam uma resultante quantitativa de gênero, classe e cor na qual a maioria das mulheres negras e pobres estão à mercê desse fenômeno que tem como a opressão a sua mordaga. Muitas mulheres que vivem em um cenário de econômico desigual, tanto por uma cultura de homem provedor quanto a forma de

desvalorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho, que por sua vez são consequências do sistema predatório do capitalismo. Dentre outros fatores temos os recursos que fornecem tanto a argumentação do erro quanto ousadia para a sua realização, que são entre eles álcool e substâncias tóxicas. Aqueles, somados a fatores primários, dão vazão ao desgaste emocional já presente no ambiente familiar.

Analisando sobre os locais de violência segundo a Política Nacional de Saúde (2013), observamos que, segundo o gráfico, existe relação entre o local de violação física e o tipo de agressor. Segundo os levantamentos, a maior parte das agressões acontecem com maior frequência dentro do próprio lar. Nesse sentido, há uma correlação entre os casos de agressão no ambiente urbano com a vítima e o agressor que, por sua vez, são pessoas de seu conhecimento. A relação entre a violência nas ruas e o contraste em relação às mulheres brancas e negras também se faz presente.

Compondo a análise da porcentagem do local de ocorrência referente à escalada da violência e suas variantes formas de expressão, tendo a mulher como vítima de um agressor conhecido ou não em um espaçamento geográfico do país. Apresentamos especificamente o sexo feminino nas faixas etárias de 18 a 29 anos, 30 a 59 anos e mais de 60 anos nos locais em que fora percebido o quantitativo e a porcentagem dos dados apresentados. Constatou-se que de todos os locais de reprodução de tal impetuosidade, a residência apresenta a maior configuração dos casos analisados entre 18 a 29 anos com 503.678 mil dados apresentados na porcentagem de sessenta e três por cento, na faixa etária de 30 a 59 anos de idade com cerca de 945.258 mil casos apresentados na porcentagem de 64,7 por cento no qual apresenta a maior porcentagem de violência por faixa etária. Acima dos 60 anos de idade foram 119,406 mil dados superando todas as outras localidades de ocorrência e porcentagem no tocante à faixa etária da vítima. Compreende-se que o espaço privado do lar é o maior precursor dessa violência, quer seja pela audácia na da superioridade machista da residência, que seja pela impossibilidade de observação ocular dela.

A segunda causa com relação ao sexo, idade e local temos a via pública na idade de 18 a 29 anos com 179.487 mil casos na porcentagem de 22,5%. Esse mesmo quantitativo elevado é analisado na idade de 30 a 59 anos com 222,545 no percentual de 15,2 por cento. Ademais, na faixa etária acima de 60 anos temos o menor quantitativo de dados com relação à via pública, mas uma elevada taxa com relação

aos outros dados subsequentes com 34,592 mil casos na porcentagem de 19,9%, configurando o espaço urbano como o segundo maior local na análise desta ferocidade.

O trabalho é o terceiro local de maior reprodução da violência em que na faixa etária de 18 a 29 anos com 36.280 mil sob uma porcentagem de 4,5%. De 30 a 59 anos 172.912 mil casos com 11,8% dos casos analisados A partir de 60 anos ou mais com 12.776 mil casos e uma porcentagem de 7,4%, revelando que o espaço de interação profissional tem sua vítima, sendo o terceiro maior ambiente de violação de direitos de ordem física, psicológica em um raciocínio de superioridade de gênero sob uma ordem social. Vejamos a seguinte relação disponibilizada pela PNS (2013):

Número e porcentagem do local de ocorrência da violência causada por pessoa conhecida, segundo o sexo e a faixa etária da vítima, Brasil, 2013

Local	Feminino				Masculino			
	18 a 29 anos	30 a 59 anos	60 e + anos	Total	18 a 29 anos	30 a 59 anos	60 e + anos	Total
Número								
Residência	503.678	945.208	119.406	1.568.292	186.530	323.403	78.813	588.746
Trabalho	36.280	172.912	12.776	221.968	76.746	132.882	7.532	217.160
Escola ou similar	28.210	34.872	0	63.082	9.554	165	0	9.719
Bar ou similar	20.824	10.062	0	30.886	13.469	40.036	3.776	57.281
Via Pública	179.487	222.545	34.592	436.624	121.452	186.093	13.999	321.544
Outro	30.758	75.597	6.660	113.015	20.012	50.129	5.278	75.419
Total	799.237	1.461.196	173.434	2.433.867	427.763	732.708	109.398	1.269.869
%								
Residência	63	64,7	68,8	64,4	43,6	44,1	72	46,4
Trabalho	4,5	11,8	7,4	9,1	17,9	18,1	6,9	17,1
Escola ou similar	3,5	2,4	0	2,6	2,2	0	0	0,8
Bar ou similar	2,6	0,7	0	1,3	3,1	5,5	3,5	4,5
Via Pública	22,5	15,2	19,9	17,9	28,4	25,4	12,8	25,3
Outro	3,8	5,2	3,8	4,6	4,7	6,8	4,8	5,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNS 2013.

Elaboração: Mapa da Violência 2015.

De acordo com o gráfico, o ambiente escolar apresenta uma elevada taxa de casos analisados com 18 a 29 anos, a presença de 28.210 mil casos registrados em uma porcentagem de 3,5%. De 30 a 59 anos se tem o maior índice de constatações sobre a análise desse ambiente e a relação da violação de direitos através da violência com 34.872 mil casos e uma porcentagem de 2,4%. De 60 anos ou mais, zero casos foram registrados, o que corresponde a uma porcentagem de 0%. Ambientes como bares, restaurantes ou similares apresentam ao todo mil casos na faixa etária de 18 a 29 anos e porcentagem de 2,6%. De 30 a 59 com 10.062 casos e uma porcentagem de 2,4% e na idade de 60 ou mais sem registros, totalizando 0%. Os desafios com

relação à luta e enfrentamento da violência contra a mulher acarretam constantes modificações, que, ao longo dos anos, com o advento das novas tecnologias, demonstra uma maior ampliação no que diz respeito à globalização e interação cultural. Novos mecanismos de combate a violência têm surgido e um deles são as variantes formas de denúncia de agressão, tais como a Central de Atendimento à Mulher representado pelo número 180, a Polícia militar ou o Disque 100, que presta atendimento 24 horas e é responsável por receber, analisar e encaminhar reclamações sobre violações de Direitos Humanos ao órgão responsável.

A respeito da análise destes mecanismos de denúncia, no ano de 2020 o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2020) veio a divulgar os dados que foram registrados através das plataformas de denúncia. Mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher foram registradas em 2020 pelo governo federal.

Segundo os dados do (MMFDH, 2020) foram cerca de 75,7 mil denúncias que corresponderam à violência familiar contra a mulher, uma porcentagem correspondente a 72%. Essa escalada truculenta se concretiza na esfera física, psicológica, como resultantes de agressão física, lesão, pressão psicológica, ou até mesmo, a morte, além dos danos morais ou de forma patrimonial. Nesta mesma composição encontramos a violação dos direitos políticos e civis presentes no trabalho em condições análogas à escravidão e cárcere privado. Os dados compreendem a porcentagem de 28%, que representa cerca de 29,9 mil registros contabilizados em diferentes locais e faixa etária.

3.3 Os tipos de violência contra a mulher.

Com relação aos meios de produção e a composição do trabalho diante das transformações sociais. A formação social era bastante simples, a característica das atividades era exercida de forma coletiva, não havendo a presença de um sistema predatório de dominação. Diante do encontro com os portugueses os primeiros contatos foram de estranheza e admiração. Sem saberem das implicações do encontro com os portugueses este sistema de coletividade se fazia presente na cultura de povos indígenas que por sua vez havia a presença da mulher como uma das peças principais no aspecto de convívio social e de trabalho.

Segundo a (Lei Maria da penha) a respeito das formas de violência empregadas no seio da sociedade e adentrando na realidade doméstica e familiar, ações antagônicas a uma busca pela valorização da mulher são por sua vez compreendidas como a violência Física presente no Artigo sete da lei Lei nº. 11.340. A violência física caracterizasse como ações resultantes da violação da integridade física da mulher, causando-lhe dano físico e comprometimento de sua saúde corporal.

O artigo II, especifica quanto a violência psicológica que tem como compreensão da aplicação de ações de aspecto psicológico que visem o dano a estrutura emocional da mulher, o controle emocional sob forma de ameaça, humilhação, ações que visem a manipulação a cerca do comportamento da mulher. O uso da perseguição de maneira continua causando prejuízo a saúde mental, sucumbindo a autodeterminação da mulher diante da sociedade.

O artigo III apresenta a análise a respeito da Violência sexual, comportamento entendido como um comportamento em que testemunhar, manter ou participar de relações sexuais indesejadas sem consentimento por meio de intimidação, ameaças, coerção ou uso de força, capaz de promover sua atuação. A ação de impedir a mulher de usar qualquer método anticoncepcional ou de forçá-la a se casar, engravidar, fazer aborto ou prostituição de qualquer forma, por ação de Coação, extorsão, suborno ou manipulação, restringindo ou cancelando o exercício Seus direitos sexuais e reprodutivos.

A Violência Patrimonial, presente no artigo IV que por sua vez é entendida como a ação de reter os recursos financeiros e materiais de reduzir ou destruir de forma parcial ou total os objetos de uso pessoal da mulher ou de seu trabalho, esconder ou destruir ferramentas de trabalho, fazer uso da posse de documentos pessoais, bens, valores recursos econômicos, incluindo aqueles que visam atender às suas necessidades.

A violência moral, presente no artigo V que é entendida como o ato que constitui a difamação, diminuição dos valores morais da mulher em quais quer esferas de convívio social.

Atualmente observamos esta diferença nas relações de gênero quanto a diferença como nossos corpos são vistos e como se dá a construção simbólica de visão do corpo e sua biologia, o que se caracteriza por formas de composição social do corpo feminino e masculino. A fim de alcançar uma maior ênfase a uma feminilização do corpo da mulher. Buscou-se através dos meios de comunicação, propagandas e espaços de debates políticos a caracterização da mulher como um ser simbólico da manutenção de novas massas de mão de obra, aproximando cada vez mais de uma estrutura simbólica que ao longo dos anos foi se formando em meio a sociedade, moldando, materializando e norteando ao objetivo central, o aumento do capital, a hegemonia do homem e o mercado matrimonial. A busca pela consolidação de tal dominação percorre efeitos sociais, cujo objetivo é o reforço de uma dominação simbólica: a manutenção do *status quo* da figura masculina nesse contexto antagônico ao bem-estar feminino, que põe a mulher sempre em posição de mal-entendidos nos quais não há resolução, mas apenas revisão, o que permite um ciclo de violência social reproduzido no mercado de trabalho, além da categorização quanto ao consumo e imposição de valores sociais (BORDIEU, 2012).

De acordo com Blay (2003), a continuidade da violência, projetou-se em condições sociais, capaz de tornar-se fincada nos meios de comunicação de massa, através de programas televisivos nos quais a figura sexual feminina se tornasse cada vez mais erotizada, por outro lado, há programações em que se evidenciam crimes passionais, romantizando esse tipo de crime. Existe uma tendência de uma reprodução em que a vítima é responsável por sua morte. Vejamos as considerações de Blay (2003, p.10)

Homicídios de mulheres fazem parte da realidade e do imaginário brasileiro há séculos, como mostra variada literatura de caráter jurídico, histórico, sociológico, revistas, notícias de jornal, além da dramaturgia, literatura de cordel, novelas de rádio e televisão, música popular, e a presente pesquisa. Depois de trinta anos de feminismo, que impôs à sociedade o “quem ama não mata” como repulsa ao assassinato justificado pelo “matar por amor” e de consistentes mudanças na posição socioeconômica e nos valores relativos à relação homem x mulher. Blay (2003, p.10)

3.4 A atuação do assistente social frente às interfaces da violência

A presença do machismo sempre esteve presente nas práticas sociais do país, no entanto esta atual realidade não é um fator, por assim dizer, novo, pois devido a um contexto desigual, quer seja no ambiente familiar, quer seja nas relações de trabalho, fez-se necessário uma defesa do direito trabalhista e com isso novas pautas foram surgindo, o que possibilitou a garantia de direitos e novas pautas de lutas sociais por melhor qualidade de vida. As mulheres participaram de movimentos operários durante o século XIX, tendo como objetivo melhores condições de trabalho com o objetivo de possibilitar uma melhor jornada de trabalho que levavam como tempo de produção 15 horas e um valor referente a seu tempo e produção desproporcional à referida jornada. Em 1917, cerca de 90 mil operários reivindicaram contra o governo da Rússia melhores condições de trabalho, sendo conhecida como protesto do Pão e Paz (CHARGA, apud KARAPOVA, 2010).

Nesta mesma composição social tem como consequência uma estrutura baseada no patriarcado, com base nisso surgem as relações de privilégio, que segundo Almeida (1996), faz parte de uma crença em relação ao gozo nas relações de gênero, convicções de poder estruturadas através da ótica da força e do poder provindos do homem, solidificando-se com o tempo e imposto nas relações sociais.

Em todas as regiões, o homem, através de sua dinâmica de poder e privilégios, construiu padrões de gênero de forma geral no qual põe em sua expressão o toque da violência ao passo de uma visão holística no cenário social (NASCIMENTO, 2001, p.1).

O espaço privado do lar pressupõe a formação de valores morais, proteção, mas com o advento das novas evoluções tecnológicas, os avanços da globalização e como consequência as demais interações culturais possibilitaram transformações sociais ao longo do século XX, mais precisamente durante a década de 60 já havia uma participação da mulher na participação econômica e social. Porém, mesmo com os avanços e conquistas, havia no imaginário social o pensamento da abdicação acerca de si mesma, de suas necessidades e emoções para melhor frutificar no cuidado e zelo do mundo em que a rodeia, tecendo assim um perfil de mulher voltada apenas para as necessidades do lar e para os cuidados relacionados aos filhos, a preservação do lar bem como dos utensílios internos. Nesse sentido, essa dedicação

tomou a configuração do espaço privado, de modo a internalizar a mulher de modo interno buscando externaliza a imagem do homem como o provedor e mantenedor da capacidade de sustendo e provisão familiar (MACHADO, 2007).

Desse modo, nesta mesma conjuntura social, a mulher assume o papel de sexo frágil e de submissa possibilitando ao homem o gozo de uma estrutura ideológica de poder que no seio do ambiente familiar fez emergir diferentes formas de expressões culturais entre homens e mulheres, somando a essas expressões culturais, crescentes casos de violência de gênero. Sendo a posição do agressor como um grau de próximo a vítima, ou não, e as variáveis formas de agressão cujo reflexo social flagela ainda mais o universo da mulher (BARNET, 2000).

Segundo (CHAUI, 2011), em meio às atividades violentas em que vivemos, constatamos que em nosso país o imaginário da não violência no Brasil é muito profundo, repleto de imaginação brasileira, após décadas de cordialidade e generosamente consolidada, prestativo, alegre e não observando as manifestações dos problemas sociais à luz do racismo, sexismo, violência e outras problemáticas.

O surgimento desse perfil demográfico torna difícil para as pessoas pensarem sobre esse fenômeno, resultando na composição de cidadãos não violentos e na continuidade do impacto na violência real. Por sua vez, um mecanismo de ampliação desse tipo de disseminação de ideias é uma forma de comunicação explicativa, muitas vezes utilizada como meio de sustentar o imaginário da sociedade brasileira, a saber, a não violência.

Mesmo sob um contexto de desigualdade e, especialmente, na relação desproporcional de gênero houve uma progressiva participação das mulheres nas transformações sociais de modo particular em passagens históricas como no século XVIII com a consolidação da Revolução Industrial, a construção da estrada de ferro, e a Revolução Francesa. Experiências na modificação social que marcam um processo histórico anexando a passagem da mulher como figura apenas do lar para contexto externo e público geraram uma maior discussão acerca da sua participação na política, educação, trabalho e outros (SOUZA, 2008. p. 3).

Já há algum tempo o tema da violência contra a mulher tornou-se um debate de proporção internacional, pauta que há tempos mais remotos não dispunha de tamanho espaço para conhecimento e elaboração de ações que pudessem ser capazes de promover justiça social. A implementação desta forma de ação se deu

através de lutas erguidas por movimentos sociais de mulheres e movimentos feministas que havia como consequência dessa mesma violência a desestruturação de espaços familiares a mordada da violência psicológica imposta ao longo dos anos. No fim do século XX surgiu uma crescente mobilização pela busca por justiça aos crimes conhecidos como crimes passionais e a queda do estatuto conhecido como “legítima defesa da honra”. Essa mobilização possibilitou uma maior participação da mulher na busca por tapar as lacunas sociais causadas pela cultura da relação servil dentro do contexto do lar e os reflexos causados pela violência (D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 1999).

Diante da relativa autonomia profissional do assistente social diante dos espaços institucionais no qual ele está inserido, que busque através da atuação do profissional, enaltecer a importância do debate acerca do enfrentamento a violência contra a mulher. Cabendo aos assistentes sociais discutirem através dos espaços institucionais, conhecendo as realidades concretas e as questões que compõe a sua história. Trazendo a importância no refletir as ações no campo profissional trazendo a perspectiva da totalidade e a consideração no entendimento da desnaturalização da violência presente no dia a dia da mulher, propondo através de sua competência profissional a atuação de sua prática profissional a valorização da mesma como única. (TABORDA, MANN, PFEIFER, 2015)

A atuação sob um plano ético profissional do assistente social, constituísse segundo lamamoto (1999) o instrumento teórico-metodológico, capaz de expressar uma resposta de interpretação crítica no ambiente de sua atuação, intervindo de forma singular na busca por um norte que revele em sua pratica a busca pela justiça social. Diante da instrumentalidade do trabalho e sua autonomia relativa. Sua atuação face a luta contra a violência contra a mulher, tem como componente a dimensão técnico-operativa que se faz presente como instrumento de seu trabalho. O dever de responder de responder de forma responsável e competente aos impactos da violência contra a mulher. A natureza interventiva que através de uma articulação técnica como recurso a entrevista, elaboração de relatório, parecer social, pesquisa e planejamento de programas e a atuação através da uma articulação em rede. A atuação do assistente social nos programas de atendimento a mulheres busca o objetivo de avançar na conquista de mais direitos e ampliação dos direitos existentes. (LISBOA; PINHEIRO, Apud lamamoto, 2005)

Buscando o desenrolar de uma perspectiva crítica capaz de trazer um processo transformador, objetivando um processo libertador diante daqueles que mais precisam e tem o seu direito violando. Diante de tais transformações em nosso planeta tendo a precarização e falta de acesso a condições básicas, revela-se uma desigualdade entre nós procedendo um processo de injustiça do homem para com ele mesmo por consequência da ferocidade do capitalismo e seu sistema comportados de exclusão do homem para com ele mesmo e de homens para com a mulher. (ARAUJO, 2018)

Consistiu na atuação do assistente social O Serviço Social uma atuação que permita o desenvolvimento até meados dos anos 60 uma atuação sob a ótica de um controle social. Pautando através de sua atuação a execução de um trabalho que por de trás da assistência de iniciativas através de instituições assistenciais e até mesmo privada, havia um grau de enlace para com as classes dominantes. Sucumbindo e desmistificando a atuação do mesmo através de práticas de execução paliativas. A necessidade de uma modernização, possibilitou um processo de mudança e ruptura acerca da forma tradicional de comportamento e atuação. Desencadeando assim o movimento de reconhecimento profissional. (CZAPSKI, 2015)

Sob os aspectos da nossa realidade, compreendemos no contexto da prática profissional do assistente social a percepção de contradições e conflitos resultantes do modelo capitalista. Com o passar do tempo e da formação de novos espaços urbanos, temos a relação do Estado com a sociedade e as condições de implementação de políticas públicas sob a análise das condições econômicas (FALEIROS, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da análise bibliográfica compreendemos a riqueza dos relatos a respeito da violência contra a mulher um levantamento histórico possibilitando a compreensão do início do processo de exploração do Brasil e o uso da violência e como ela foi sendo conduzida a uma categorização da mulher como meio de expansão das ideias de exploração, usando-as muitas vezes como intérpretes no conhecimento da língua

local a exploração da mão de obra indígena. Revelando através da composição do aporte teórico a correlação da violência na implantação do objetivo de atender as necessidades do mercado e a mulher como a maior vítima e imposta a ser um elemento constitutivo capaz de emergir uma sociedade forjada pela violência na esfera física, psicológica e social.

A presença da violência como recurso de dominação de gênero revelou a ferocidade na prática de atos de violência e execução de milhares de mulheres mortas ao longo do tempo, revelando sobre tais aspectos a impetuosidade na execução da força como mecanismo de prevalência do homem sobre a mulher e imposição da ótica ideológica patriarcal ao ser mulher.

A condução das relações sociais revelou através do levantamento bibliográfico as diversas formas de violência que por sua vez sobe a ótica de uma contextualização, faz-se presente como em tempos passados. Remodelando atos violentos e obscurecendo sua presença ao longo do tempo. A violência física presente dentro dos lares a psicológica sucumbindo a mulher em seu ambiente de interação a patrimonial composta de um caráter usurpados do bem-estar da mulher e a moral como modeladora de um papel de subalternidade da mulher diante do machismo estrutural em que vivemos.

Faz-se de grande importância a atuação do assistente social de maneira pedagógica, compor uma práxis na elaboração de recursos capazes de incentivar a mulher a uma análise de sua realidade, seguindo a uma elaboração de mecanismos frente as redes de atuação e proteção social como a lei maria da penha, centro de mulheres, movimentos sociais e outros que possibilitem a luta por justiça social e igualdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho compreende a necessidade na luta contra a violência que torna milhares de mulheres vítimas de uma realidade social e histórica, cujo a violência faz-se presente como mecanismo de dominação. A socialização da informação revela ser um instrumento de caráter efetivo na elaboração de políticas públicas, trazendo a compreensão histórica a respeito das relações de imposição de uma cultura sobre a outra e a presença da violência como mecanismo de dominação cultural.

A vivência nos atos de violência, tem como maior a vítima em nossa sociedade a mulher seja por faixa etária, cor ou condição social, a presença das ações de agressão física, psicológica, patrimonial e moral, fazem da mesma, vítima em espaços públicos e privados a merecer do agressor sendo de seu conhecimento ou não e sobretudo a execução de um domínio histórico, vigente na sociedade brasileira.

compreendemos a partir do que foi apresentado até aqui a importância da atuação do assistente social na luta contra a violência a mulher e sua valorização diante da formação social e histórica do país. Certos de que a luta contra a violência não cessa, visualizamos a importância deste estudo na continuidade no alcance na melhora das relações sociais, e no alicerce por igualdade, respeito e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, Niterói, RJ, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/i/2017.v37n75/>>. Acesso em 13 jun. 2021.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/i/2003.v17n49/>>. Acesso em 10 jun. 2021.

BORIN, Thaisa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Psicologia)- Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12330/uma-breve-analise-da-lei-maria-da-penha/2>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CASIQUE, L. C.; FUREGATO, A. R. F. Violência contra as mulheres: reflexões teóricas. **Revista Latina-Americana de Enfermagem**, São Paulo, SP, v. 14, n.6, p. 1-9, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/i/2006.v14n6/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CAZPSKI, Alessandra. O assistente social no atendimento à violência doméstica contra a mulher. **Revista Travessias**, Cascavel, PN, v. 14, n.3, p. 313-328, 2020. Disponível em: <http://e-vesta.unioeste.br/index.php/travessias/issue/view/1233/showToc>. Acesso em 15 jun. 2021.

CONNELL, Raweyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, RS, v. 4, n.2, p. 11-48, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/issue/view/875/showToc>. Acesso em 10 jun. 2021.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, SP, n. 120, p. 706-722, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/i/2014.n120/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

GARCIA, Carla Cristina. Notas sobre *A mulher na sociedade de classes*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 29, n. 17, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/3091>. Acesso em: 11 jun. 2021.

GEBARA, Ivone. **A mobilidade da senzala feminina**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

GONÇALVES, J. S.; RIBEIRO, J. O. S. Colonialidade de gênero: o feminismo decolonial de María Lugones. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7., 2018, Rio Grande. **Anais Eletrônicos...** Rio Grande: FURG, 2018, p. 1-8. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/46.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

KNAPIKA, Márcia Carneiro. **O trabalho humano: das sociedades comunais ao modo de produção feudal**. 2. ed. Curitiba: Cefuria, 2004. (Série História Social do Trabalho).

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero09/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MARQUES, Clarice. Colonialidade e feminicídio: superação do “ego conquiro” como desafio ao Direito. **Opinião Jurídica**, Medellín, v. 19, n. 39, p. 201-226, 2020. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/opinion/issue/view/203>. Acesso em 13 jun. 2021.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, Jeová. **O fenômeno da violência contra a mulher na sociedade brasileira e suas raízes histórico-religiosas**. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião)- Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, Goiás, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

SOUZA, Sandra Duarte de. Educação, trabalho e socialização de gênero: quando ser mulher pesa mais na balança da desigualdade social. **Revista Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, SP, v. 11, n. 18, p. 170-185, 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/issue/view/9>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

TABORDA, E.; MANN, L. S.; PFEIFER, M. A autonomia relativa no exercício profissional do assistente social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1., 2015, Santa Catarina, **Anais eletrônicos...** Santa Catarina: UFSC, 2015, p. 1-6. Disponível em: <<https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/trabalhos-eixo-2-i-seminario-nacional-2015/>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

WECZENOVICZ, T. J.; SIQUEIRA, R. E. A. Colonialidade, mulher indígena e violência: reflexões contemporâneas. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/issue/view/194>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Engel, L. Mapa da violência, A Violência Contra a Mulher. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério da Economia. Brasília, 2015, Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf

≥

Acesso em: 10 jun.2021